

ATESTADO

Atestado para os devidos fins que a empresa **PEDREIRA HVB LTDA.** CNPJ nº 06.942.260/0001-06 através de seu Responsável Técnico **Engenheiro Civil EDUARDO DE CASTRO ROSA** registro **CREA Nº 20110/D-GO RNP Nº 1010451090** executou para **PREFEITURA MUNICIPAL DE NEROPOLIS** o Serviço de pavimentação urbana no recapeamento de 99.496,20 m² - 163.375 Toneladas de asfalto CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente nas ruas do Município de Neropolis - GO foi atendidas satisfatoriamente todas as exigências dos projetos e especificações o contrato foi paralisado com 71% da obra concluída.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd

Valor do Contrato: R\$3.077.500,20

15/12/2017

07/08/2018

[illegible]

Autenticação Digital


Cod. Autenticação: 77201911181412150775-1; Data: 19/11/2018 14:22:39

Confira os dados do site em: <https://sealodigital.tpb.jus.br>

Confira os dados do ato em: <https://sealodigital.tpb.jus.br>

RA MUNICIPAL DE NERÓPOLIS

Author's address: Department of Psychology,
University of Illinois at Chicago, Chicago, IL 60607-7181
E-mail: shawn.walker@utoronto.ca

 CREA-GO Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás Rua 235 - nº 561 - Setor Leste Universitário - Goiânia/Goiás - CEP: 74605-070 Fone: (62) 3221-6200				
Baixa do Registro de Contrato de uma ART				
COMPROVANTE DA BAIXA DE CONTRATO DA ART N. 1020170230028				
CONTRATADO				
Tipo do Profissional Engenheiro Civil	Nome do Profissional EDUARDO DE CASTRO ROSA		Categoria 20110/D-CO	
DADOS DO CONTRATO				
Nome do Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE NERÓPOLIS		CPF/CNPJ 01.105.626/0001-25		
Número do Contrato Concorrência Pública 001/2017	Valor do Contrato R\$ 3.077.500,20	Data celebração do Contrato 14/11/2017	Data Prevista de Início 24/11/2017	Data Prevista de Conclusão 31/03/2018
MOTIVO	DATA REAL DO INÍCIO DA ATIVIDADE		DATA REAL DO FIM DA ATIVIDADE	
Paralisação da Obra/Serviço	27/11/2017		17/10/2018	
INDICAÇÃO DAS FASES Não Iniciadas, Concluídas e Não Concluídas				
- Etapa: Única, Fase: Única/Não Aplicável: Concluída				
OBSERVAÇÕES				
A Obra foi paralisada com 91% concluída por falta de verba para sua finalização.				
"Declaro que o contratante está ciente da baixa dessa ART e que são verdadeiras as informações prestadas neste formulário. Estou ciente que a declaração falsa constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro e infração ao Código de Ética Profissional."			Baixa OnLine em: 18/11/2018 com uso de senha pessoal.	



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-GO

ART Obra ou serviço
1020170230028

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

1. Responsável Técnico:		RNP: 1010451090	
EDUARDO DE CASTRO ROSA		Registro: 20110/D-GO	
Título profissional: Engenheiro Civil			
Empresa contratada: PEDREIRA HVB LTDA - Registro CREA-GO: 15765			
2. Dados do Contrato:			
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NERÓPOLIS		CPF/CNPJ: 01.105.626/0001-25	
Praça Antônio Dutra, Nº 01		CEP: 75460-000	
Quadra: 00 Lote: 00	Complemento:	Bairro: Central	Cidade: Nerópolis - GO
E-Mail:		Fone: (62) 35131307	
Contrato: Concorrência Pública 001/2017	Celebrado em: 14/11/2017	Valor Obra/Serviço R\$: 3.077.500,20	
		Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado	
Atos institucionais: Nenhuma/Não Aplicável			
3. Dados da Obra/Serviço:			
Rua RUAS DA CIDADE, Nº 00		Bairro: VARIOS BAIRROS	
Quadra: 00 Lote: 00		CEP: 75460-000	
Data de início: 24/11/2017	Previsão término: 31/03/2018	Cidade: Nerópolis - GO	
Finalidade: Infra-estrutura		CPF/CNPJ: 01.105.626/0001-25	
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE NERÓPOLIS		Fone: (62) 35131307	
E-Mail:			
4. Atividade Técnica:			
ATUACAO		Quantidade	Unidade
EXECUCAO PAVIMENTACAO ASFALTICA		138.638,03	METROS QUADRADOS
EXECUCAO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA		4.159,14	METROS CUBICOS
EXECUCAO SINALIZACAO HORIZONTAL		1.731,21	METROS QUADRADOS
EXECUCAO SINALIZACAO VERTICAL		48,25	METROS QUADRADOS
O registro da ART não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (CAT), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na ART forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.			
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.			
5. Observações:			
Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ - BCAC (Nos Setores: Setor São Paulo, São João Batista, Parque das Américas, Jardim Amélia, Andreia Muniz, Residencial Serra, Campo Alegre, Botafogo II, Parque Real, Conjunto Habitacional Santana, Marista, Morumbi, Dom Felipe, Jardim Indaia, Central, Botafogo, São Bernardo, Dom Felipe II, Pintura de ligação em L Pav. URB) 138.638,03 M².			
Sinalização vertical com pintura eletrostática semi-refletiva 48,25 M². Sinalização horizontal com resina Aplicada 1.731,21 M². Transporte comercial de CBUQ 4.159,14 m³. Transporte comercial e fornecimento material Betuminoso CAP 50/70 Conforme portaria nº 178/15-DNT. Transporte comercial e fornecimento material Betuminoso - Emulsão RR1-C Conforme portaria nº 178/15-DNT.			
6. Declarações:			
Acessibilidade: Sim. Declaro atendimento as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.			
7. Entidade de Classe:			
NENHUMA			
8. Assinaturas:			
Declaro serem verdadeiras as informações acima.			
Local _____ de _____ Data _____ de _____			
EDUARDO DE CASTRO ROSA - CPF: 013.894.861-24			
PREFEITURA MUNICIPAL DE NERÓPOLIS - CPF/CNPJ: 01.105.626/0001-25			
9. Informações:			
- A ART é válida somente após a conferência e o CREA-GO receber a informação do PAGAMENTO PELO BANCO.			
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creago.org.br .			
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.			
- Não é mais necessário enviar o documento original para o CREA-GO. O CREA-GO não mais afixará carimbo na nova ART.			
www.creago.org.br atendimento@creago.org.br Tel: (62) 3221-6200 Fax: (62) 3221-6277			

Valor da ART: 214,82	Registrada em: 15/12/2017	Valor Pago: R\$ 214,82	Nosso Número: 28325890117227416	Situação: Registrada OK	Baixa do Registro: 18/11/2018	Não possui Livro de Ordem	Não Possui CAT
----------------------	---------------------------	------------------------	---------------------------------	-------------------------	-------------------------------	---------------------------	----------------

Tabela de Preços: TABELA DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - ABR/17 - SEM

Data base: 01/04/2017

DESONERAÇÃO (T131)

Serviço: 44001 LIMPEZA (PAV.URB.)

Unidade: m2

(A)Equipamento	Código auxiliar	Ut. Pr	Ut. Impr	Vi. Hr. Prod	Vi. Hr. Imp	Consumo	Custo Horário
MOTONIVELADORA - CAT 120K OU EQUIVALENTE	30046	1,0000	0,0000	168,56	63,27	1,0000	168,56
(A)Total:							168,56

(B)Mão-de-Obra	Código auxiliar	Eq. Salarial	Sal/Hora	Encargos(%)	Consumo	Custo Horário
ENCARREGADO DE SERVIÇO	20002	11,12	24,66	121,83	0,4000	9,86
AJUDANTE	20003	4,84	10,73	121,83	2,0000	21,46
					(B)Total:	31,32

(C)Itens de Incidência	Código auxiliar	%	M. O.	Equip.	Mat.	Custo
EPI	0011	1,1200	X			0,35
ALIMENTAÇÃO	0012	9,6000	X			3,00
TRANSP. DE PESSOAL	0013	4,7900	X			1,50
(C)Total:						4,85

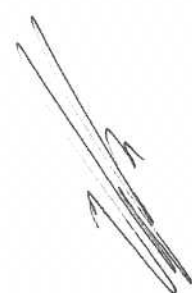
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C)						204,73
(D) Produção da Equipe						1.353,0000
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D)						0,15

(F)Materiais	Código auxiliar	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário
(F)Total:					0,00

(G)Serviços	Código auxiliar	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário
(G)Total:					0,00

(H)Itens de Transporte	Código auxiliar	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo	Consumo	Custo Unit.
(H)Total:									0,00

Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H)						0,15
BDI:21,35%						0,03
Preço Unitário Total						0,18



GRUPO I – CLASSE VII – Plenário (sigilosa)

TC-019.763/2011-5

Natureza: Denúncia.

Entidade: Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

Interessado: identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992)

SUMÁRIO: DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO. PROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DA EMPRESA.

A apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso caracteriza fraude à licitação, cuja sanção há de ser aplicada à pessoa jurídica infratora, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/1992.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Denúncia por meio da qual se noticiam supostas irregularidades praticadas pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra, por apresentar atestados de capacidade técnica com conteúdo falso no Pregão Eletrônico n. 17/2011, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG, para a contratação de empresa prestadora de serviço de conservação e limpeza e de outras necessidades (recepcionista, copeira, zelador e porteiro por 24 horas).

2. Para a apuração das supostas ocorrências noticiadas na denúncia contida à peça n. 1, complementada posteriormente, à peça n. 9, a Secretaria de Controle Externo de Minas Gerais – Secex/MG promoveu diligências ao CRC/MG, que, em resposta, informou ter promovido detalhada apuração dos fatos, com base na qual decidiu rescindir o contrato com a empresa fraudadora.

3. Reproduzo, a seguir, excerto da instrução da peça n. 24, em que a Unidade Técnica examinou os elementos obtidos nas diligências feitas ao CRC/MG:

“4. Na instrução preliminar, foi proposta diligência ao CRC/MG, solicitando enviar ao Tribunal, no prazo de 15 dias, informações/documentos tendentes a esclarecer as supostas irregularidades, apontadas na denúncia, relativas aos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. (CNPJ: 07.698.207/0001-20) no Pregão Eletrônico n. 17/2011 – CRC/MG.

5. Em resposta à diligência promovida por esta Secretaria, por meio do Ofício n. 2.004/2011, datado de 11/08/2011 (peça n. 8), o CRC/MG apresentou as informações e/ou esclarecimentos constantes das peças ns. 12 e 13.

5.1. Respondeu que havia recebido denúncia sobre o mesmo assunto e adotou providências para promover a ‘apuração detalhada das acusações apresentadas’ e enviou no dia 16/08/2011 a Notificação CRC/MG n. 020/2011 à empresa Vinilimp solicitando-a que apresentasse, no prazo de três dias úteis, argumentos sobre o assunto em tela (peça n. 12, p. 1).

5.2. Em 24/08/2011, a empresa apresentou sua defesa e, no dia 25/08/2011, os funcionários pregoeiros do CRC/MG, Júlio César da Silva e o Ricardo Andrade Tonaco, foram até a cidade de

Juiz de Fora para realizar a diligência necessária ao esclarecimento dos fatos em questão (peça n. 12, p. 1).

5.3. Em 29/08/2011, o Conselho notificou novamente a licitante, 'anexando cópia da comunicação desse Tribunal e do relatório das visitas realizadas pelos pregoeiros, para que a empresa se manifestasse, no prazo de três dias úteis, sobre os fatos apresentados. Transcorrido o prazo para manifestação, o CRC/MG decidiria o assunto' (peça n. 12, p. 1).

6. Convém ressaltar que a Assessoria Jurídica do CRC/MG emitiu parecer datado de 10/08/2011 sugerindo a abertura de procedimento administrativo com o objetivo de apuração detalhada das acusações, oportunizando ampla defesa à contratada (Vinilimp) com posterior apreciação pela Comissão encarregada do julgamento (peça n. 12, p. 25).

7. De fato, conforme Notificação CRC/MG n. 020/2011, de 16/08/2011 (peça n. 12, p. 26), o CRC/MG notificou a Vinilimp a respeito dos fatos apontados na denúncia, tendo a empresa se manifestado em 23/08/2011 (peça n. 13, p. 4-13). Consta, ainda, dos autos, cópia do PI n. 062/2011 (peça n. 12, p. 2-75), cujo assunto relaciona-se à apuração dos fatos narrados nesta denúncia.

8. Na verificação **in loco** empreendida pelo CRC/MG, os pregoeiros Júlio César da Silva e Ricardo Andrade Tonaco constataram que (peça n. 13, p. 38-52):

8.1. O proprietário da Comercial Jesus Cristo Ltda., localizada na Rua Marechal Deodoro, 358 – Centro – Juiz de Fora – MG,

'Confirmou a veracidade parcial do atestado de capacidade técnica, pois, durante os esclarecimentos, confirmou que o atestado foi por ele assinado, mas, que não houve a prestação dos serviços em seu estabelecimento pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. Conforme declaração na cópia do atestado, salientou que não atentou às informações e ao conteúdo do documento por ele assinado à época.'

8.2. O proprietário da Malharia Rosa Mística Ltda., localizada à Rua Marechal Cordeiro de Faria, 155 – Carlos Chagas – Juiz de Fora/MG,

'Reconheceu o atestado emitido e declarou que houve a prestação dos serviços por parte da Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda., mas abordou que o trabalho foi executado por dois vigilantes em torno de 40 dias, período em que a empresa encontrava-se em processo de mudança de endereço, não recordando a época da prestação dos serviços. Ressaltou, ainda, que a empresa funcionava em outro endereço, à Rua Halfeld Paleta, 1683 – Francisco Bernardino – Juiz de Fora – MG. Outro fato importante declarado foi que, quando da assinatura do atestado, o Sr. Vagner não verificou o endereço constante do rodapé do impresso, como também o número de pessoas contratadas.'

8.3. O proprietário da Pedro Carlos Peters da Silva, nome fantasia Cervejaria Barbante, localizada à Av. Senhor dos Passos, 1.531 – São Pedro – Juiz de Fora – MG,

'Reconheceu a veracidade do atestado, bem como a prestação dos serviços pela empresa Vinilimp - Locação de Mão de Obra Ltda.'

8.4. A síndica do Condomínio do Edifício Conjunto Satélite, localizado à Rua Antônio Dias, 677 – Centro – Juiz de Fora – MG,

'Confirmou a veracidade do atestado, como também as informações contidas no documento. Informou, ainda, que o endereço constante no atestado configura um erro material, sendo o endereço correto o acima mencionado. Durante a visita, deparamos com a presença de um funcionário da empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. exercendo suas atividades laborais no referido condomínio.'

8.5. A profissional contábil, Sra. Marília Azalim Pereira, registrada no CRC/MG sob o número MG-018424/0, estabelecida na sala 2.208, localizada na Av. Barão do Rio Branco, 2.001 – Centro – Juiz de Fora – MG,

‘Confirmou a veracidade do atestado de capacidade técnica, bem como a prestação dos serviços pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda.’

9. No entanto, tendo em vista que a resposta do CRC/MG não havia sido conclusiva, foi realizada nova diligência para que o conselho informasse o resultado do PI n. 062/2011, instaurado para apurar os fatos, objeto da denúncia, relativos à apresentação de atestados de capacidade técnica falsos pela licitante vencedora do Processo Licitatório n. 017/2011. Em atenção à segunda diligência o CRC/MG enviou o Ofício n. 395/2011 CRCMG-PRES. de 26 de outubro de 2011 (peça n. 21), juntamente com as explicações da empresa Vinilimp (peça n. 21, p. 2-10) informando que:

‘Após averiguação dos indícios de que a empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. havia apresentado atestados de capacidade técnica falsos, conforme denúncias protocolizadas neste Conselho por (nome do denunciante) e, ainda, a comunicação desse Tribunal, datada de 17/08/2011, referente ao processo 019.763/2011-5, o CRC/MG decidiu rescindir o contrato resultante do Processo Licitatório n. 017/2011, em 10/10/2011.

Segue, anexa, a cópia do Ofício n. 326/2011 CRCMG-PRES, datado de 06/10/2011, enviado à empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda., comunicando-a da decisão (peça 21, p. 13).’

9.1. A decisão do CRC/MG levou em consideração os resultados das constatações no PI n. 062/2011, mediante o qual o Pregoeiro daquele Conselho concluiu que houve fraude nos atestados de capacidade técnica das sociedades empresárias Comercial Jesus Cristo e Malharia Rosa Mística Ltda., e julgou que o contrato com a licitante Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. deveria ser rescindido (peça n. 21, p. 11-12).’

4. Considerando ter a presente denúncia produzido efeitos, tendo em vista a rescisão do contrato pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, a Secex/MG, à unanimidade, propôs conhecer da denúncia, considerá-la procedente, e, depois de dar ciência do inteiro teor da deliberação a ser proferida ao denunciante e ao Conselho Regional, arquivar os autos (Peças ns. 24-26).

5. Com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, este Tribunal conheceu da presente denúncia, entretanto, diante da gravidade dos fatos apurados, determinou, no Acórdão n. 79/2012 – Plenário, a realização de oitiva da empresa para que se manifestasse sobre a apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, em especial aquele obtido junto à empresa Comercial Jesus Cristo Ltda. no âmbito do Pregão Eletrônico n. 17/2011, informando à responsável de que o não acolhimento das justificativas porventura apresentadas poderia ensejar a declaração de inidoneidade.

6. Realizada a devida oitiva da Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda., por meio dos Ofícios ns. 388 e 390/2012 (peças ns. 40 e 38), a empresa, depois de transcorrido o prazo fixado para sua manifestação, se manteve silente.

7. Diante do exposto, a Unidade Técnica propôs:

7.1. considerar procedente a presente denúncia;

7.2. declarar a inidoneidade da empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda., nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/1992 e do art. 271 do RI/TCU;

7.3. levantar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos;

7.4. dar ciência do inteiro teor da deliberação que vier a ser proferida, assim como do Relatório e Voto que a fundamentarem, ao denunciante, ao CRC/MG e à responsável.

É o Relatório.

VOTO

Trago à apreciação deste Colegiado Denúncia noticiando irregularidade praticada pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra, por apresentar atestado de capacidade técnica com conteúdo falso no Pregão Eletrônico n. 17/2011, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG, pelo qual a aludida empresa logrou-se vencedora.

2. Inicialmente, registro que esta Corte de Contas conheceu da presente denúncia no Acórdão n. 79/2012 – Plenário.

3. Os indícios de fraude apontados pelo denunciante foram apurados pelo CRC/MG em processo administrativo interno, tendo o Pregoeiro daquele Conselho apontado a ocorrência de fraude nos atestados de capacidade técnica das empresas Comercial Jesus Cristo Ltda. e Malharia Rosa Mística Ltda., razão pela qual o contrato com a empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra foi rescindido.

4. A Secex/MG, ao examinar os fatos, concluiu pela procedência da denúncia e, em vista da rescisão do contrato pela entidade contratante, por já ter a denúncia produzido efeitos, propôs o arquivamento dos autos.

5. Este Tribunal, entretanto, em atenção ao disposto no art. 46 da Lei n. 8.443/1992 e no art. 271 do Regimento Interno/TCU, determinou a oitiva da empresa para manifestar-se sobre a ocorrência, informando-lhe que o não acolhimento das justificativas porventura apresentadas poderia ensejar a declaração de inidoneidade.

6. Apesar de devidamente notificada, a responsável manteve-se silente.


7. Dessa forma, configurada a fraude ao Pregão Eletrônico n. 17/2011 deflagrado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG, deve ser declarada a inidoneidade da empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra para participar de licitação na Administração Pública Federal.

8. A propósito, cabe notificar a CGU para que promova as medidas necessárias à efetivação do impedimento para licitar da referida empresa, com o devido registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (nesse sentido, v. Acórdão n. 686/2011 – TCU – Plenário).

Ante o exposto, voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2012.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator



ACÓRDÃO Nº 2628/2012 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC-019.763/2011-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII – Denúncia.
3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n. 8.443/1992).
4. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais – Secex/MG.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia noticiando suposta irregularidade praticada pela empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra no Pregão Eletrônico n. 17/2011, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. considerar procedente a presente denúncia;
- 9.2. declarar, com fundamento no art. 46 da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 271 do Regimento Interno, a inidoneidade da empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 07.698.207/0001-20), para participar de licitação na Administração Pública Federal pelo prazo de 1 (um) ano;
- 9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam:
 - 9.3.1. ao denunciante;
 - 9.3.2. ao Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC/MG;
 - 9.3.3. à empresa Vinilimp – Locação de Mão de Obra; e
 - 9.3.4. à Controladoria-Geral da União – CGU, para que promova as medidas necessárias ao impedimento para licitar previsto no subitem 9.2 retro, com o registro da mencionada empresa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 9.4. retirar a chancela de sigiloso e encerrar o presente processo.

10. Ata nº 36/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 26/9/2012 – Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2628-36/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

Sessões: 24 e 25 de agosto de 2010

Este Informativo, elaborado a partir das deliberações tomadas pelo Tribunal nas sessões de julgamento das Câmaras e do Plenário, contém resumos de algumas decisões proferidas na(s) data(s) acima indicada(s), relativas a licitações e contratos, e tem por finalidade facilitar o acompanhamento, pelo leitor, da jurisprudência do TCU quanto aos aspectos relevantes que envolvem o tema. Por esse motivo, a seleção das decisões que constam do Informativo é feita pela Secretaria das Sessões, levando em consideração ao menos um dos seguintes fatores: ineditismo da deliberação, discussão no colegiado ou reiteração de entendimento importante. Os resumos apresentados no Informativo não são repositórios oficiais de jurisprudência.

SUMÁRIO**Plenário**

Fraude à licitação: apresentação de atestado com conteúdo falso como razão suficiente para declaração de inidoneidade de licitante pelo TCU;

Licitação para obra pública: comprovação de acervo técnico.

Primeira Câmara

Dispensa de Licitação: necessidade de comprovação de que o imóvel a ser locado é o único que atende aos interesses da Administração Pública;

Pregão para aquisição de helicópteros: possibilidade de pagamento antecipado.

Segunda Câmara

Dispensa de licitação: necessidade de observância do preço oferecido pelo licitante vencedor na hipótese de utilização do art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, que trata de remanescente de contratação anterior.

PLENÁRIO**Fraude à licitação: apresentação de atestado com conteúdo falso como razão suficiente para declaração de inidoneidade de licitante pelo TCU**

Representação formulada ao TCU noticiou que na Concorrência nº 3/2008, realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Ifam, cujo objeto constituiu-se na construção do **campus** do Centro Federal de Educação Tecnológica no Município de Presidente Figueiredo/AM, empresa licitante apresentou atestado de capacidade técnica com conteúdo possivelmente falso, com vistas a sua habilitação no certame. Para apuração dos fatos, a unidade técnica responsável pela instrução do feito promoveu uma série de audiências, inclusive da própria empresa responsável pela potencial fraude, a qual alegou erro de entendimento quanto ao que fora exigido a título de comprovação de capacidade técnica. De acordo com a empresa respondente, o texto do edital seria dúbio, ao requerer “*execução de obra ou serviço com complexidade equivalente*”. Daí, apresentara atestado no qual constava, erroneamente digitado, construção de obra em vez de projeto. Todavia, a unidade técnica registrou não se sustentar o argumento da potencial fraudadora de se tratar de equívoco quanto à interpretação. Para a unidade técnica, a evidência de fraude quanto ao conteúdo do atestado de capacidade técnica seria determinante para o Tribunal declarar a inidoneidade da licitante. Ao se pronunciar nos autos, o representante do Ministério Público junto ao TCU – MP/TCU - afirmou que a potencial fraudadora “*apresentou atestado de capacidade técnica com informação falsa. O documento informava que a empresa foi a responsável pela execução de obras de engenharia, quando na verdade apenas elaborou os projetos para essa execução*”, sendo “*clara a intenção da empresa em demonstrar que foi a responsável pela execução física das obras de engenharia*”. Assim, ante a evidência de fraude à licitação, o MP/TCU considerou adequada a proposta da unidade técnica de se declarar a inidoneidade da licitante responsável pela apresentação do documento. O relator do feito, ministro-substituto André Luís de Carvalho, concordou com as análises procedidas tanto pela unidade técnica, quanto pelo MP/TCU, acerca do intuito da licitante: fraudar o processo licitatório. Todavia, para o relator, haveria incerteza se a situação examinada perfaria “*todos os elementos caracterizadores da fraude comprovada a licitação*”, para fins de declaração de inidoneidade da empresa”. Citando precedente jurisprudencial do TCU, destacou o relator que a fraude comprovada à licitação, como sustentáculo para declaração de inidoneidade de licitante pelo Tribunal, exigiria a concretização do resultado, isto é, o prejuízo efetivo ao certame, tendo em conta o estabelecido no art. 46 da Lei Orgânica do TCU (Art. 46. *Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para*

participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal.). Como, na espécie, não teria havido a materialização do prejuízo, uma vez que a falsidade da documentação fora descoberta pelo Ifam, não caberia ao TCU, por conseguinte, punir a tentativa de fraude por parte da licitante. Todavia, o ministro-revisor, Walton Alencar Rodrigues, dissentiu do encaminhamento proposto pelo relator do feito. Para o revisor, o atestado apresentado pela potencial fraudadora, absolutamente falso, viabilizou a participação desta no processo licitatório. E, ainda para o revisor, “*Nos termos da consolidada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a mera apresentação de atestado com conteúdo falso caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 46 da Lei Orgânica do TCU e faz surgir a possibilidade de declarar a inidoneidade da licitante fraudadora*”. Desse modo, acolhendo as conclusões da unidade técnica, votou pela declaração de inidoneidade da licitante responsável pela apresentação do atestado com conteúdo falso, no que foi acompanhado pelos ministros Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro. Ficaram vencidos, na linha da proposta do relator, os ministros Valmir Campelo, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz. O relator, ministro-substituto André Luís de Carvalho, não votou, por não estar substituindo naquela oportunidade. . Precedentes citados: Acórdãos 630/2006 e 548/2007, ambos do Plenário. *Acórdão n.º 2.179/2010-Plenário, TC-016.488/2009-6, rel. Min-Subst. André Luís de Carvalho, revisor Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.08.2010.*

Licitação para obra pública: comprovação de acervo técnico

Auditoria realizada pelo TCU, com o objetivo de avaliar a execução, pelo Governo do Estado do Paraná, das obras de construção de unidades habitacionais no Município de Colombo/PR, financiadas com recursos federais, por meio de contrato de repasse, detectou diversas irregularidades, dentre elas, a exigência editalícia de que a comprovação do acervo técnico, para efeitos de qualificação técnica, se desse somente em “*construção em habitação unifamiliar ou multifamiliar, em obras isoladas ou não*”. Para a unidade técnica, tal exigência seria potencialmente restritiva à competitividade do certame. Ao examinar a matéria, destacou a unidade técnica que tal requisito de qualificação, da maneira como foi redigido, daria “*maior importância à finalidade da construção (habitação) do que às suas características técnicas, que seriam os reais indicadores da complexidade de execução dos serviços. Sem especificar os aspectos técnicos relevantes para fins de qualificação da empresa, há ainda a dificuldade da inexistência de parâmetros objetivos para se avaliar se uma determinada certidão ou atestado é referente à obra de complexidade equivalente ou até superior*”. O relator, ao concordar com a unidade técnica, registrou que a Lei de Licitações “*estabelece que a documentação relativa à qualificação técnica de capacitação técnico-profissional refere-se à execução de obra ou serviço de características semelhantes*”. Desse modo, para o relator, “*sobressai a orientação de que será sempre admitida a comprovação de aptidão mediante certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior*. Por consequência, para ele, “*bastaria exigir qualificação técnica em construção de edificações em geral, sem restringir o escopo à habitação unifamiliar ou multifamiliar, o que demonstra a adoção de critérios potencialmente restritivos à competitividade do certame*”. Por conseguinte, propôs, e o Plenário acolheu, expedição de determinação corretiva para futuras licitações a serem realizadas pelo Estado do Paraná. *Acórdão n.º 2.152/2010-Plenário, TC-000.276/2010-3, Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 25.08.2010.*

PRIMEIRA CÂMARA

Dispensa de Licitação: necessidade de comprovação de que o imóvel a ser locado é o único que atende aos interesses da Administração Pública

Em representação feita ao TCU, foi noticiada possível irregularidade constituída na ausência de licitação e na inobservância dos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, quando da locação, com a utilização de recursos públicos da área de saúde, de imóvel de propriedade do cônjuge da ex-Prefeita do município de Guarabiras, na Paraíba. Ao examinar as razões de justificativa apresentadas pela responsável, a unidade técnica registrou o fato de o proprietário do imóvel locado ser esposo da então Prefeita de Guarabiras, ou seja, a Prefeitura havia locado um imóvel da própria Prefeita, por intermédio do esposo desta. Acresceu, ainda, que “*o fato de eventualmente ter havido inabilidade no ato de contratação com dispensa de licitação, com inobservância das devidas cautelas de justificativa como previsto no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993 não conduz à exclusão da culpabilidade*”. Caberia, ainda na opinião da unidade técnica, até se discutir o dolo na utilização da dispensa de licitação, mas seria indubitável a ofensa a diversos princípios constitucionais, como o da legalidade, o que levaria à reprovação da conduta da ex-Prefeita. Citando

precedente jurisprudencial, a unidade técnica anotou que *“O art. 24, inciso X, da Lei de Licitações estabelece ser dispensável a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”*. Assim, *“a utilização desse dispositivo só é possível quando se identifica um imóvel específico cujas instalações e localização sinalizem que ele é o único que atende o interesse da Administração”*. Como, na espécie, haveria pelo menos outro imóvel que serviria ao intuito da administração municipal, não seria possível a utilização da hipótese do art. 24, inc. X, da Lei 8.666/1993, como fundamento da contratação direta. O relator, ao concordar com a unidade técnica, destacou, em seu voto, que *“havia pelo menos outro imóvel com características semelhantes, que poderia servir de alternativa à locação”*, o que, portanto, leva à incorreção quanto ao procedimento de se dispensar a licitação com base no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993. Votou, em consequência, pela aplicação de multa à ex-Prefeita, bem como pela expedição de determinação corretiva e de alerta ao município de Guarabira, a fim de que sejam evitadas ocorrências semelhantes em situações futuras. O Colegiado acolheu, por unanimidade, o encaminhamento sustentado pelo relator. Precedentes citados: Acórdão n.º 444/2008-Plenário. *Acórdão n.º 5281/2010-1ª Câmara, TC-030.588/2007-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.08.2010.*

Pregão para aquisição de helicópteros: possibilidade de pagamento antecipado

Representação formulada por licitante apontou supostas irregularidades no Pregão Presencial (Internacional) nº 130/2010, cujo objeto constituiu-se na aquisição, pelo Estado de Goiás, de três aeronaves de asas rotativas (helicópteros), para atender às demandas do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Militar, valendo-se, para tanto, de recursos federais repassados mediante convênio. Uma delas seria cláusula editalícia que permitiria o pagamento antecipado de parte das despesas. A respeito disso, o relator destacou que *“o art. 15, III, da Lei de Licitações, prescreve que as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, não sendo vedada pelo ordenamento jurídico a possibilidade de pagamento antecipado. Evidentemente essa não é a regra, mas a exceção. A jurisprudência desta Corte admite em casos excepcionais”*. No caso concreto, para o relator, *“a prática do mercado é que, em aquisições de helicópteros e afins, o pagamento seja, parcialmente, efetuado antecipadamente. Eventual adoção de condição de pagamento apenas contra entrega poderia inviabilizar a disponibilização dos helicópteros no prazo requerido pela Administração”*. Ressaltou o relator, ainda, que, de acordo com o edital correspondente ao Pregão Presencial nº 130/2010, o Estado de Goiás exigiu a constituição de garantia para cobrir o valor adiantado. Ao final, propôs a improcedência da representação, o que foi acolhido pelo Colegiado. Precedentes citados: Acórdãos n.º 918/2005-Segunda Câmara e n.º 1.442/2003-Primeira Câmara. *Acórdão n.º 5294/2010-1ª Câmara, TC-020.139/2010-1, rel. Min-Subst. Weder de Oliveira, 24.08.2010.*

SEGUNDA CÂMARA

Dispensa de licitação: necessidade de observância do preço oferecido pelo licitante vencedor na hipótese de utilização do art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, que trata de remanescente de contratação anterior

Em sede de Tomada de Contas Especial, foram apuradas possíveis irregularidades em licitações realizadas no âmbito do Ministério da Saúde, dentre elas, a contratação direta, por dispensa de licitação, com supedâneo no art. 24, inc. XI, da Lei 8.666/1993 – remanescente de contratação anterior –, sem respeitar as condições oferecidas pela empresa vencedora da licitação anterior, quanto ao preço. Ao examinar a matéria, a unidade técnica consignou que o art. 24, inc. XI, da Lei 8.666/1993 proporciona à Administração Pública faculdade, não obrigação, de efetivar a contratação direta. Todavia, ainda conforme a unidade técnica, *“essa possibilidade somente pode ser levada adiante se for observada a ordem de classificação da licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido”*. Assim, caso a Administração Pública esteja impossibilitada de atender, integralmente, tais condições, também estará impossibilitada de promover a contratação direta, sob o fundamento do citado dispositivo. Ressaltou o relator que, *“embora não existam nos autos elementos suficientes para caracterizar a ocorrência de dano ao erário”*, concorda com a unidade técnica no sentido de que a utilização do art. 24, inc. XI, da Lei 8.666/1993, sem que as condições quanto ao preço oferecido pelo licitante vencedor sejam respeitadas, constitui irregularidade grave. Desse modo, propôs a aplicação de multa



ao responsável, o que foi acolhido pelo Colegiado. *Acórdão n.º 4852/2010-2ª Câmara, TC-005.711/2005-6, rel. Min-Subst. André Luís de Carvalho, 24.08.2010.*

Responsáveis pelo Informativo:

Elaboração: Sandro Henrique Maciel Bernardes, Assessor em substituição da Secretaria das Sessões.

Revisão: Odilon Cavallari de Oliveira, Secretário das Sessões.

Contato: infojuris@tcu.gov.br

MEMORIAL DE CÁLCULO

Empreendimento: Recapeamento Asfáltico com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente)

Município: Nerópolis - GO

Localização: Vários Setores

Elaborado em: Agosto de 2017

Preço referência: AGETOP - Terraplanagem, pavimentação e obras de arte especiais - DESONERADA - ABRIL/2017 - T130

Item	CÓDIGO	TABELA	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Cálculo
Serviços Preliminares						
1.0			MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO)	UN	1,00	Ver composição unitária do item
1.1	42310	AGETOP ROD	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) - BDI = 28,84% INCLUSO	UN	1,00	Ver composição unitária do item
1.2	42210	AGETOP ROD	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) - BDI = 28,84% INCLUSO	UN	1,00	Ver composição unitária do item
1.3	42110	AGETOP ROD				
Transportes						
2.0			TRANSPORTE COMERCIAL DE MASSA - BDI = 28,84% INCLUSO	TKM	502.091,38	DT (50,3Km) x Concreto Betuminoso (4159,14 T)
2.1	40460	AGETOP ROD	TRANSPORTE COMERCIAL DE MATERIAL BETUMINOSO - EMULSAO RR-1C - Conforme Portaria n°1.078/15 - DNIT : CT = [26,939 + 0,253*DT(55,7km)] / [1 - ICMS(17%)] * [1 + BDI (17,77%)] * [lpavMaio17 (309,674) / lpavJul14 (270,237)]	t	55,46	Transporte Emulsão até a área de intervenção (55,46 T)
2.2	40530	AGETOP ROD	TRANSPORTE COMERCIAL DE MATERIAL BETUMINOSO - CAP 50/70 - Conforme Portaria n°1.078/15 - DNIT : CT = [26,939 + 0,253*DT(8,5km)] / [1 - ICMS(17%)] * [1 + BDI (17,77%)] * [lpavMaio17 (309,674) / lpavJul14 (270,237)]	t	549,01	Transporte CAP da Fornecedor a Usina (55,46 T)
2.3	40530	AGETOP ROD				
Pavimentação Urbana						
3.0			FORNECIMENTO DE EMULSAO RR-1C - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017	T	55,46	Área de recapeamento (138638,03m²) x 0,0004T/m² = 55,46 T
3.1	40510	AGETOP ROD	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE-CBUQ (BC/AC) - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017 - FAIXA 'C' DNIT	m3	4.159,14	Área de recapeamento (138638,03m²) x espessura (0,03m)= 4159,14 m³
3.2	40602	AGETOP ROD	PINTURA DE LIGAÇÃO (PAV.URB.) - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	138.638,03	Área de recapeamento = 138638,03 m²
3.3	44201	AGETOP ROD	FORNECIMENTO DE CAP-50/70 - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017	T	549,01	Área de recapeamento (138638,03m²) x espessura (0,03m) x peso específico (2,4T/m³) x taxa de aplicação (0,055 T/Tt) = 549,01 T
3.4	40525	AGETOP ROD				
Sinalização Viária						
4.0			SINALIZAÇÃO VERTICAL C/PINTURA ELETROSTÁTICA SEMI-REFLETIVA - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	48,25	Pare (193un x 0,25m²/un)
4.1	40850	AGETOP ROD				
4.2	40815	AGETOP ROD	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	1.731,21	[Pare (193un) x 8,97m²/un]

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Empreendimento: Recapeamento Asfáltico com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente)									
Município: Nerópolis - GO									
Localização: Vários Setores									
Elaborado em: Agosto de 2017									
Preço referência: AGETOP - Terraplanagem, pavimentação e obras de arte especiais - DESONERADA - ABRIL/2017 - T130									
Área de recapeamento = 138638,03 m²									
Item	CÓDIGO	TABELA	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	P.Unit. (s/ BDI)	P.Unit. (BDI incluso)	P.Total	
1.0			Serviços Preliminares			SUBTOTAL	SUBTOTAL	R\$	130.028,69
1.1	42310	AGETOP ROD	MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO)	UN	1,00	21.509,48	27.712,81		27.712,81
1.2	42210	AGETOP ROD	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) - BDI = 28,84% INCLUSO	UN	1,00	22.216,40	28.623,61		28.623,61
1.3	42110	AGETOP ROD	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) - BDI = 28,84% INCLUSO	UN	1,00	57.196,73	73.692,27		73.692,27
2.0			Transportes			SUBTOTAL	SUBTOTAL	R\$	255.608,86
2.1	40460	AGETOP ROD	TRANSPORTE COMERCIAL DE MASSA - BDI = 28,84% INCLUSO	TKM	502.091,38	0,36	0,45		225.941,12
2.2	40530	AGETOP ROD	TRANSPORTE COMERCIAL DE MATERIAL BETUMINOSO - EMULSÃO RR-1C - Conforme Portaria n°1.078/15 - DNIT : CT = [26,939 + 0,253*DT(55,7km)] / [1 - ICMS(17%)] * [1 + BDI (17,77%)] * [lpavMaio17 (309,674) / lpavJul14 (270,237)]	t	55,46	56,65	66,72		3.700,07
2.3	40530	AGETOP ROD	TRANSPORTE COMERCIAL DE MATERIAL BETUMINOSO - CAP 50/70 - Conforme Portaria n°1.078/15 - DNIT : CT = [26,939 + 0,253*DT(8,5km)] / [1 - ICMS(17%)] * [1 + BDI (17,77%)] * [lpavMaio17 (309,674) / lpavJul14 (270,237)]	t	549,01	40,16	47,30		25.967,67
3.0			Pavimentação Urbana			SUBTOTAL	SUBTOTAL	R\$	2.649.598,05
3.1	40510	AGETOP ROD	FORNECIMENTO DE EMULSÃO RR-1C - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017	T	55,46	1.621,53	1.909,68		105.910,85
3.2	40602	AGETOP ROD	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE-CBUQ (BC/AC) - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017 - FAIXA 'C' DNIT	m3	4.159,14	214,05	275,77		1.146.966,04
3.3	44201	AGETOP ROD	PINTURA DE LIGAÇÃO (PAV.URB.) - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	138.638,03	0,25	0,31		42.977,79
3.4	40525	AGETOP ROD	FORNECIMENTO DE CAP-50/70 - PREÇO RETIRADO DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ICMS = 17% INCLUSO - BDI = 17,77% INCLUSO - FEV/2017	T	549,01	2.093,73	2.465,79		1.353.743,37
4.0			Sinalização Viária			SUBTOTAL	SUBTOTAL	R\$	42.314,60
4.1	40850	AGETOP ROD	SINALIZAÇÃO VERTICAL C/PINTURA ELETROSTÁTICA SEMI-REFLETIVA - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	48,25	178,58	230,07		11.100,88
4.2	40815	AGETOP ROD	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA - BDI = 28,84% INCLUSO	m2	1.731,21	14,00	18,03		31.213,72
TOTAL GERAL (BDI INCLUSO)								R\$	3.077.550,20

Cronograma Físico-Financeiro

Empreendimento: Recapeamento Asfáltico com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente)
 Município: Nerópolis - GO
 Localização: Vários Setores
 Elaborado em: Agosto de 2017
 Preço referência: AGETOP - Terraplanagem, pavimentação e obras de arte especiais - DESONERADA - ABRIL/2017 - T130

ITEM	TABELA	1º mês		2º mês		3º mês		VALOR DOS SERVIÇOS	PESO
		SIMPL %	ACUM %	SIMPL %	ACUM %	SIMPL %	ACUM %		
1.0	Serviços Preliminares	60,00%	60,00%	20,00%	80,00%	20,00%	100,00%	R\$ 130.028,69	4,23%
2.0	Transportes	32,50%	32,50%	35,00%	67,50%	32,50%	100,00%	R\$ 255.608,86	8,31%
3.0	Pavimentação Urbana	32,50%	32,50%	35,00%	67,50%	32,50%	100,00%	R\$ 2.649.598,05	86,09%
4.0	Sinalização Viária		0,00%		0,00%	100,00%	100,00%	R\$ 42.314,60	1,37%
PARCELA MENSAL		R\$ 1.022.209,46		R\$ 1.042.828,16		R\$ 1.012.512,58		R\$ 3.077.550,20	100,00%
PARCELA ACUMULADA		R\$ 1.022.209,46		R\$ 2.065.037,62		R\$ 3.077.550,20			

COMPOSIÇÕES

Empreendimento: Recapeamento Asfáltico com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente)

Município: Nerópolis - GO

Elaborado em: Agosto de 2017

Preço referência: AGETOP - Terraplanagem, pavimentação e obras de arte especiais - DESONERADA - ABRIL/2017

COMP3 ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO)					UN	
Classe	Código	DESCRIÇÃO	UNID	Consumo	Preço Unit.	Preço Total
					Subtotal	R\$ 57.196,73
Divisão de Engenharia		TOPÓGRAFO	MÊS	1	R\$ 5.021,99	R\$ 5.021,99
Divisão de Engenharia		ENCARREGADO GERAL	MÊS	3	R\$ 6.641,58	R\$ 19.924,74
Serviços Técnicos		PPRA (NR-9)	UNID	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Serviços Técnicos		PCMSO (NR-7)	UNID	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Serviços Técnicos		PCMAT (NR-18)	UNID	1	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00
Serviços Técnicos		ENSAIOS TECNOLÓGICOS	UNID	200	R\$ 150,00	R\$ 30.000,00
					CUSTO TOTAL	R\$ 57.196,73
					BDI=28,84%	R\$ 16.495,54
					PREÇO TOTAL	R\$ 73.692,27

OBS.: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME ITEM DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) - TABELA T130 - ADMINISTRAÇÃO, CANTEIRO DE OBRAS E MOBILIZAÇÃO - DESONERADA - ABRIL/2017 - AGETOP

COMPOSIÇÕES

Município: Nerópolis - GO

Preço referência: AGETOP - Ter

1. To the extent that the above information is not sufficient to identify the person, the person's name, address, telephone number, and date of birth shall be provided.

COMP1 MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO)					UN	
Classe	Código	DESCRIÇÃO	UNID	Consumo	Preço Unit.	Preço Total
					Subtotal	R\$ 21.509,48
Equipamento de grande porte - 40 KM/h		ROLO COMPAC. PNEUS AUTOPROP. 21 T	UNID	2	R\$ 1.803,23	R\$ 3.606,46
Equipamento de grande porte - 40 KM/h		ROLO LISO VIBRAT. AUTOPROP. - CA 250 OU EQUIVALENTE	UNID	2	R\$ 1.716,52	R\$ 3.433,04
Equipamento de grande porte - 40 KM/h		TANQUE EST. ASFALTO (30.000L)	UNID	1	R\$ 145,93	R\$ 145,93
Equipamento de grande porte - 40 KM/h		VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS	UNID	2	R\$ 2.253,13	R\$ 4.506,26
Veículos de produção (autopropelidos) - 50km		CAMINHÃO CARROCERIA MADEIRA - 15 T	UNID	3	R\$ 1.401,92	R\$ 4.205,76
Veículos de produção (autopropelidos) - 50km		CAMINHÃO TANQUE 10.000L	UNID	2	R\$ 1.516,22	R\$ 3.032,44
Veículos de produção (autopropelidos) - 50km		MÁQUINA PARA PINTURA : DEMARCAR FAIXAS AUTOPROP.	UNID	1	R\$ 2.579,59	R\$ 2.579,59
					CUSTO TOTAL	R\$ 21.509,48
					BDI=28,84%	R\$ 6.203,33
					PREÇO TOTAL	R\$ 27.712,81

OBS.: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME ITEM DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) -TABELA T130 - ADMINISTRAÇÃO, CANTEIRO DE OBRAS E MOBILIZAÇÃO - DESONERADA - ABRIL/2017 - AGETOP

COMP2					UN	
INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO)						
Classe	Código	DESCRIÇÃO	UNID	Consumo	Preço Unit.	Preço Total
					Subtotal	R\$ 22.216,40
Instalações Provisórias		ALOJAMENTO (PESSOAL OPERACIONAL)	M2	18,15	R\$ 157,08	R\$ 2.851,00
Instalações Provisórias		ALOJAMENTO (PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO)	M2	11,34	R\$ 157,08	R\$ 1.781,29
Instalações Provisórias		ALMOXARIFADO	M2	11,51	R\$ 109,96	R\$ 1.265,98
Instalações Provisórias		VESTIÁRIOS	M2	31,5	R\$ 157,08	R\$ 4.948,02
Instalações Provisórias		SANITÁRIOS	M2	13,86	R\$ 157,08	R\$ 2.177,13
Instalações Provisórias		TENDA 6X6 M (REFEITÓRIO)	MÊS	5	R\$ 700,00	R\$ 3.500,00
Instalações Provisórias		PLACA DE OBRA	M2	6,4	R\$ 145,93	R\$ 933,95
Instalações Provisórias		INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA/ESGOTO	UNID	1	R\$ 2.106,54	R\$ 2.106,54
Instalações Provisórias		INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	UNID	1	R\$ 2.652,49	R\$ 2.652,49
					CUSTO TOTAL	R\$ 22.216,40
					BDI=28,84%	R\$ 6.407,21
					PREÇO TOTAL	R\$ 28.623,61

OBS.: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME ITEM DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS - FAIXA A2 (RESTAURAÇÃO) -TABELA T130 - ADMINISTRAÇÃO, CANTEIRO DE OBRAS E MOBILIZAÇÃO - DESONERADA - ABRIL/2017 - AGETOP

